



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Relatório Anual 2020 (Ano-base 2019)



Elaboração

Inara Francoyse de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Revisão

Clóvis Gomes da Silva Correia - Assessor-chefe

Composição da APMP

Clóvis Gomes da Silva Correia - Assessor-chefe

Planejamento, processos de trabalho e normatização

Catalina Velásquez de Oliveira - Coordenadora de Gestão de Processos

Guilherme Rossilho - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Economia

Divisão de Gerenciamento de Projetos / Núcleo Socioambiental

Alexandre de Caiado Castro Moraes - Coordenador

Divisão de Estatística

Inara Francoyse de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Amós Henrique Araújo - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Administração

Sérgio Walney Mendes Martins - Assessor

Estagiários

Arlanicson Pedro Santos Nobre - Administração

José Alves de Araújo Neto - Economia

Yasminne Valéria Almeida Cavalcante - Administração

Este relatório tem como objetivo dar transparência às informações de atuação do Poder Judiciário de Alagoas e apresentar o comportamento dos principais indicadores de produtividade como o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), taxa de congestionamento, quantitativo de processos pendentes e baixados, casos novos e índice de conciliação durante o ano de 2019.

Os indicadores e as variáveis calculados são fundamentados na Resolução CNJ 76/2009.

A Figura 1 apresenta o quantitativo de casos novos durante os meses de 2019. Podemos ver que no mês de dezembro há uma elevação desse quantitativo. Esse comportamento se deve aos casos novos de execução fiscal distribuídos para a 15ª Vara Cível da Capital. No 1º grau, o mês de março foi o de menor entrada.

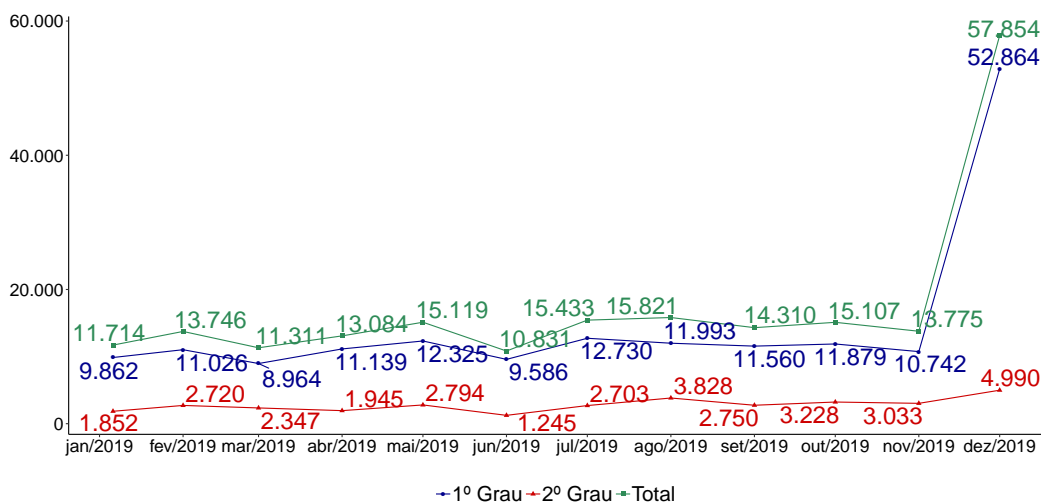


Figura 1: Casos novos

A Figura 2 apresenta o quantitativo de processos baixados durante os meses de 2019. Podemos ver que, novamente no mês de dezembro há uma elevação desse quantitativo. Assim como nos casos novos, esse comportamento se deve à grande quantidade de baixa de processos de execução fiscal na 15ª Vara Cível da Capital. Excluindo-se o mês de dezembro, o mês de maio foi o de maior produtividade, tanto no 1º, quanto no 2º grau.

O IAD é um indicador que verifica se a unidade jurisdicional foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100%. A Figura 3 apresenta o IAD durante o ano de 2019. Podemos

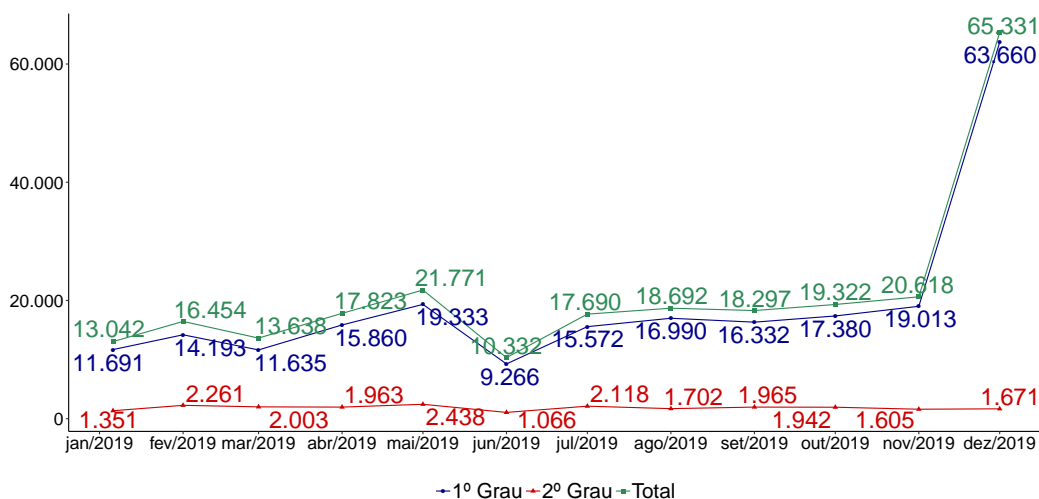


Figura 2: Processos baixados

ver que o IAD total foi superior a 100% em todos os meses do ano, exceto no mês de junho. Ou seja, o quantitativo de processos baixados mensalmente superou o quantitativo de casos novos, exceto no mês de junho. No 1º grau, o IAD chegou a atingir 177% no mês de novembro.

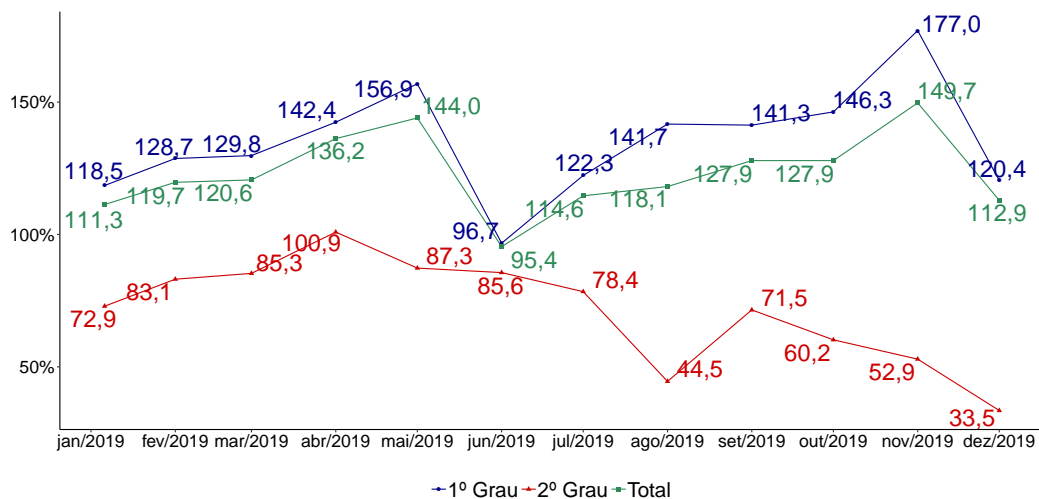


Figura 3: Índice de atendimento à demanda

A Figura 4 apresenta o quantitativo de sentenças e decisões terminativas proferidas durante os meses de 2019. As decisões terminativas no 2º grau referem-se a todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração.

Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas são consideradas. Podemos ver que, novamente no mês de dezembro há uma elevação desse quantitativo. Assim como nos casos novos e processo baixados, esse comportamento se deve à grande quantidade de processos julgados de execução fiscal na 15ª Vara Cível da Capital.

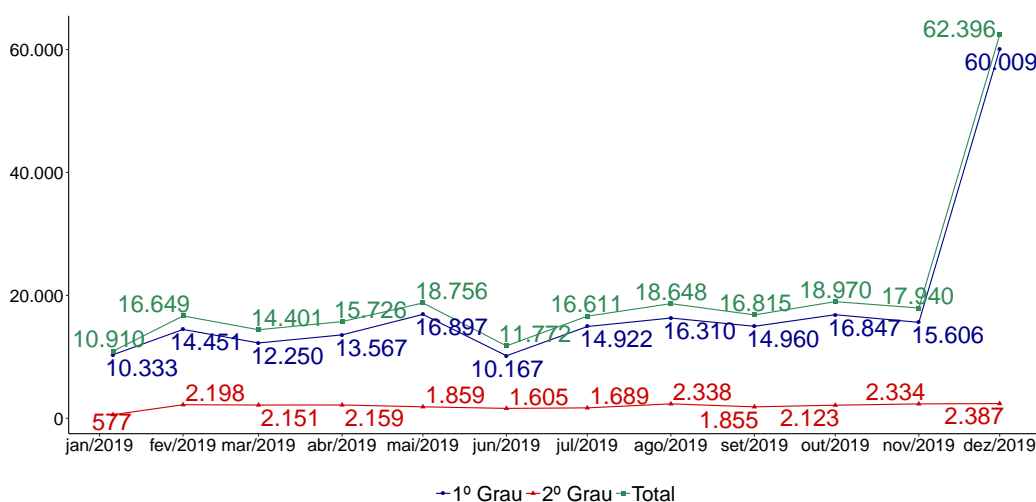


Figura 4: Sentenças e decisões

Na Figura 5 podemos ver o comportamento do quantitativo de processos pendentes de baixa durante o ano de 2019. Podemos observar que o Poder Judiciário de Alagoas finalizou o ano de 2019 com pouco mais de 490 mil processos pendentes, e houve redução do estoque se compararmos os meses de janeiro e dezembro.

A taxa de congestionamento é um indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de baixa, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Quanto maior o índice, maior a dificuldade da unidade jurisdicional em lidar com seu estoque de processos. Logo, quanto menor, melhor. A Figura 6 apresenta a taxa de congestionamento durante os meses de 2019. Podemos observar o comportamento decrescente durante todos os meses, tanto no 1º grau, quanto no 2º grau. A taxa de congestionamento total chegou a 66% no mês de dezembro.

O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. Quanto maior, melhor. Na Figura 7 podemos ver o comportamento do índice de conciliação na

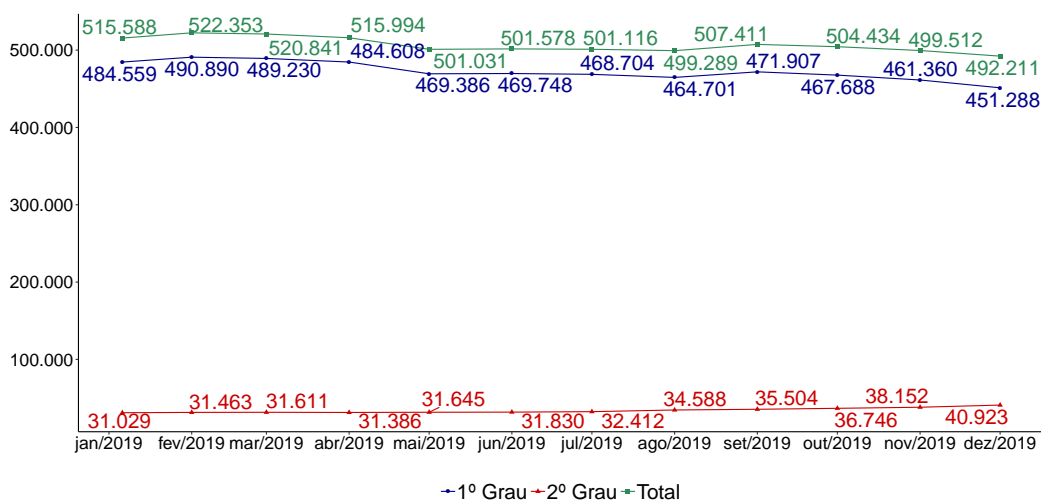


Figura 5: Processos pendentes

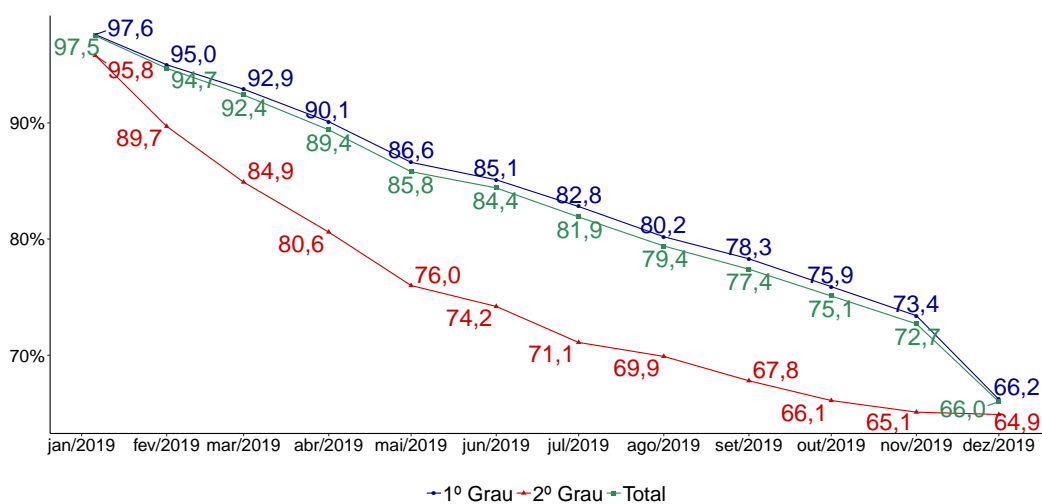


Figura 6: Taxa de congestionamento

fase de conhecimento durante o ano de 2019. No 1º grau, o índice chegou a 21,1% no mês de setembro.

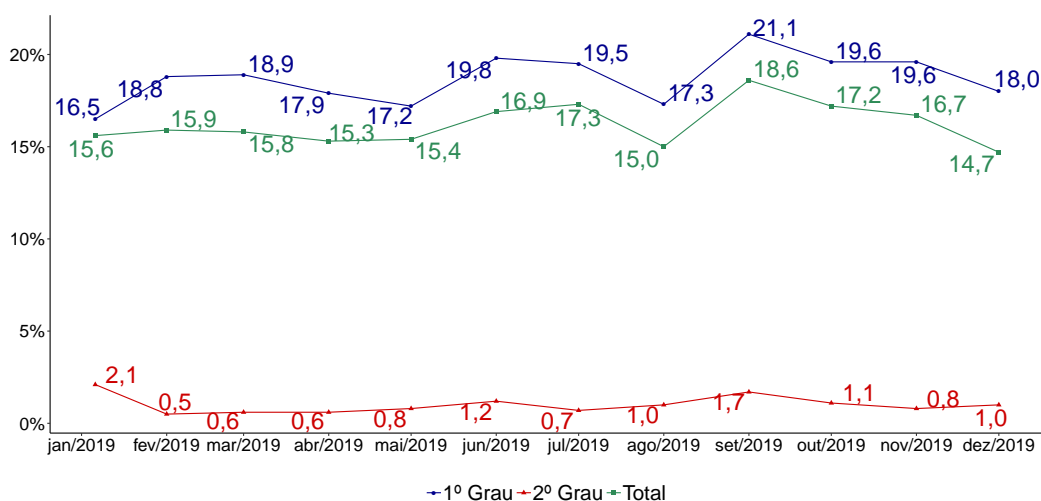


Figura 7: Índice de conciliação na fase de conhecimento

Ao longo deste relatório foram apresentados os principais indicadores de produtividade do Poder Judiciário de Alagoas.

O estoque de processos pendentes diminuiu, o IAD total se manteve superior a 100% em todos os meses (exceto em junho), a taxa de congestionamento total atingiu 66% e o índice de conciliação na fase de conhecimento chegou a 21,1% no mês de setembro no 1º grau.

Os indicadores aqui apresentados resumem os principais resultados alcançados e a evolução ao longo do ano de 2019 na produtividade. É objetivo deste relatório trazer transparência das informações do judiciário alagoano, indicar direcionamentos e servir como instrumento na busca do aperfeiçoamento e melhoria contínua da gestão. É fundamental que os servidores e magistrados procurem sempre o melhoramento na alimentação e registro dos dados processuais, observando-se as regulamentações internas e aquelas decorrentes das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça referentes a classes, assuntos e movimentos.